



ANTONIO GRAMSCI ENTRE AS DUAS INTERNACIONAIS: EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO POLÍTICA¹

*Antonio Gramsci between the two Internationals: Education and Political
Formation*

SOUZA, Herbert Glauco de ²

RESUMO

Este texto tem como objetivo entender as principais influências intelectuais e políticas que incidirão sobre a personalidade do Jovem Gramsci, e que de certa maneira permanecerão e serão reformuladas no Gramsci da maturidade no cárcere fascista. Nesse sentido, foi realizado um levantamento bibliográfico amplo sobre as principais fontes (fatos e obras) com as quais Gramsci dialectizará nos contextos das Duas Internacionais. Como resultado da pesquisa, percebe-se o leque amplo de incidências que ajudaram a moldar a personalidade intelectual e política do jovem sardo e como também Gramsci se relacionara criticamente com toda aquela atmosfera rica de ideias e transformações sociais. Conceitos como Revolução Passiva, Hegemonia, Guerra de Movimento e Guerra de Posição, dentre outros, emergirão nesse confronto com o ambiente profícuo em que Gramsci estava inserido.

Palavras-chave: Gramsci. Internacionais. Formação.

ABSTRACT

This text aims to understand the main intellectual and political influences that will affect the personality of Young Gramsci, and that in a way will remain and be reformulated in the Gramsci of maturity in fascist prison. In this sense, a comprehensive bibliographic research was carried out on the main sources (facts and works) with which Gramsci will dialectize in the contexts of the Two Internationals. As a result of the research, one can see the wide range of incidences that helped to shape the intellectual and political personality of the young Sardinian and how Gramsci also had a critical relationship with the whole atmosphere rich in ideas and social transformations. Concepts such as Passive Revolution, Hegemony, War of Movement and War of Position, among others, will emerge in this confrontation with the fruitful environment in which Gramsci was inserted.

Keywords: Gramsci. Internationals. Formation.

¹ Este texto é também fruto de uma pesquisa mais ampla que contou com o fomento da CAPES e que subsidiou a escrita da minha tese de doutoramento.

² Doutor em Educação pela UFMG, Mestre em Educação pela UFMG, Graduação em Pedagogia pela UFMG. E-mail: herbert.filadelfia@gmail.com

INTRODUÇÃO

O objetivo deste texto é apresentar e discutir como o pensamento de Antonio Gramsci é influenciado por e forjado no contexto da Segunda (1889-1914) e da Terceira (1919-1943) Internacionais.

Segundo Rapone (2014), a base teórica na qual se fundamenta a adesão de Gramsci ao socialismo, desde o princípio, é uma concepção do devir histórico em que se destaca a função propulsora do homem, do homem como ser volitivo e consciente, artífice da história e, ao mesmo tempo, produto, ele próprio, do movimento histórico. É uma posição típica do específico momento da história cultural italiana e europeia em que se forma a personalidade intelectual do jovem Gramsci.

São os anos da reação antipositivista e da reabilitação do lado subjetivo e espiritual da experiência humana, ponto de partida comum de uma multiplicidade de itinerários intelectuais, com pontos de chegada muito variados entre si. No caso de Gramsci, enquanto será preciso tempo antes de vir a associar o socialismo a uma acepção particular do marxismo, a busca de caminhos novos conduz rapidamente a uma visão da história caracterizada pela afirmação mais de uma objetividade impotente do que de uma vontade onipotente, ou seja, pela convicção de que o ambiente econômico-social e as condições materiais da existência não podem determinar o caminho humano se não intervém, por parte do homem, uma decisiva apropriação do espaço que se oferece à sua iniciativa (RAPONE, 2014, p. 295).

O socialismo parece a Gramsci, continua Rapone, participar de um movimento mais amplo de renovação do pensamento, que repõe o homem no centro do processo de constituição da realidade e fez coincidir esta última com a história produzida pelo sujeito. Mas que tipo de socialismo é a referência para a formação inicial do jovem Gramsci? Certamente o socialismo científico na sua vertente marxiana pode ser uma provável resposta para essa questão. Pode parecer uma pergunta banal com uma resposta óbvia, no entanto, o próprio marxismo (a partir da sua divulgação e vulgarização) não foi e nem é um elemento homogêneo. A formação de Gramsci se dá especificamente entre a atmosfera política e ideológica da Segunda e da Terceira Internacionais, mas as fontes que incidirão sobre sua personalidade não se limitarão ao marxismo (ou aos 'marxismos'). Gramsci absorve dialeticamente do ambiente cultural, político e ideológico extremamente profícuo das primeiras três décadas do século XX uma ampla gama de indicações e reflexões que alimentarão sua formação intelectual, moral e política: Croce, Gentile, Labriola, Kipling, Henri Bergson, Romain Rolland, Luigi Pirandello, Giovanni Papini, Giuseppe Prezzolini, Matteo Bartoli, Thomas Mann, Georges Sorel, Ernest Renan, Marx, Lênin – para citar alguns nomes; o meridionalismo salviminiano, os estudos de glotologia, o neo-idealismo italiano, a experiência socialista e jornalística, as primeiras eleições com sufrágio semiuniversal na Sardenha em 1913, a Primeira Guerra Mundial, o Fordismo, a revolução bolchevique, a criação da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), o fascismo e o nazismo – para citar alguns movimentos e fatos.

DA SEGUNDA INTERNACIONAL

Segundo Steinberg (1982), a maior parte dos juízos formulados sobre o 'marxismo da Segunda Internacional' e sobre o kautskismo vem de alguns marxistas dos anos situados entre as duas guerras: Korsch, Lukács, Rosenberg, Gramsci. Esses marxistas

consideram-no um marxismo ‘vulgar’, grosseiramente mecanicista, evolucionista, distanciado da filosofia, mera explicação da necessidade das leis do desenvolvimento histórico, frequentemente traduzido em termos de cientificismo positivista. Trata-se de um marxismo difuso, traduzido em termos de ideologia de partido, que perdera todos os seus elementos revolucionários e prático-políticos, transformando-se numa espécie de religião. Quando estava preso no cárcere fascista, Antonio Gramsci vai ainda mais longe na sua avaliação sobre o ‘marxismo da II Internacional’. Ele se interroga sobre as formas daquele marxismo que tinham chegado até ele, nos anos da sua juventude, e que ele tinha combatido com tanto ardor nas fileiras do Partido Socialista Italiano. Quais eram as fontes da filosofia do ‘prato popular’? Por meio de que mecanismos a filosofia da práxis tinha adquirido um aroma determinista e fatalista? Gramsci escreve:

Pode-se observar como o elemento determinista, fatalista, mecanicista foi um “aroma” ideológico imediato da filosofia da práxis, uma forma de religião e de excitante (mas ao modo dos entorpecentes), tornada necessária e justificada historicamente pelo caráter “subalterno” de determinados estratos sociais. Quando não se tem a iniciativa na luta e a própria luta acaba por se identificar com uma série de derrotas, o determinismo mecanicista se torna uma força formidável de resistência moral, de coesão, de paciente e obstinada perseverança. “Fui momentaneamente derrotado, mas a força das coisas trabalha em meu favor, a longo prazo, etc.” A vontade real se traveste num ato de fé, numa certa racionalidade da história, em uma forma empírica e primitiva de finalismo apaixonado que aparece como um substituto da predestinação, da providência, etc., das religiões confessionais (GRAMSCI, 1975, p.1388).

Para Fetscher (1982), a ligação da crítica econômica marxiana com uma teoria materialista da evolução, realizada por Kautsky (e, em parte, por Engels, em suas últimas obras), apresentava a vantagem teórica de dar ao proletariado, ainda débil e inseguro, a confiança na vitória e a consciência de si. Ademais, um marxismo dilatado em ‘concepção geral do mundo’ podia servir para uma maior coesão dos militantes socialdemocratas, absolutamente não homogêneos do ponto de vista social. A leitura de *O Capital*, entendido como um elemento da teoria da evolução da sociedade, é favorecida pela teoria de Darwin (e de Haeckel) sobre a evolução, à qual Kautsky e seus contemporâneos se revelam muito sensíveis. Essa concepção, tanto no plano psicológico quanto no ideológico, teve efeitos particularmente vantajosos para a coesão do movimento operário e para sua certeza na vitória final. Ela representou, contudo, uma redução e uma vulgarização consideráveis da crítica da economia política empreendida por Marx.

Para Andreucci (1982), em meados dos anos trinta do século XX, quando começa uma pausa na reflexão histórica sobre o marxismo (que só seria retomada duas décadas mais tarde), grande parte dos problemas relativos ao marxismo da Segunda Internacional já se achava sobre a mesa: o papel de Kautsky, do kautskismo, da socialdemocracia alemã na derrota da Segunda Internacional, a redução do marxismo à ideologia de partido, a relativa paralisia do marxismo teórico, o conúbio com o darwinismo e mais genericamente com o positivismo, dando lugar a uma versão mecanicista e determinista do marxismo. A visão do processo histórico como Kautsky o entendia, como o maior teórico da socialdemocracia alemã, expressa como era então formulado o problema de uma revolução socialista. Sua teoria, conforme assegura Waldenberg (1982), é caracterizada pelo fatalismo e pelo economicismo, pois não leva em conta a síntese marxiana do determinismo econômico e do ativismo político. Ao demonstrar que a revolução socialista consiste na derrubada do capitalismo por meio de suas próprias contradições internas, de seu natural processo de desenvolvimento, sem intervenção

dos homens, a doutrina kautskyana desemboca necessariamente no quietismo. Na interpretação de Waldenberg (1982), Kautsky combinou o determinismo voluntarista no modo de conceber os fatos com um fatalismo quietista, com um automatismo economicista, pondo o evolucionismo no lugar da dialética, excluindo o elemento voluntarista e reduzindo o marxismo à teoria do desenvolvimento regulado e natural da sociedade capitalista. Sobre as desfigurações teóricas provocadas no marxismo por elementos estranhos à sua essência, que em uma fase bem precisa da repercussão ideológica das lutas de classe, e, sobretudo durante o período da Segunda Internacional, dos anos da sua fundação até a Primeira Guerra Mundial, foram se insinuando e se fixando no interior da doutrina, Oldrini (1999) afirma que foram decorrentes principalmente da circunstância de que, não tendo Marx e Engels conseguido, por motivos independentes da sua vontade, levar a termo a construção de um sistema filosófico do marxismo, os marxistas que vieram depois deles encontraram-se muito frequentemente deslocados e indefesos em relação aos adversários. E sem um sistema doutrinário para opor às suas críticas, acabaram aprofundando a aridez daquele ecletismo incoerente, segundo o qual seria preciso completar, de fora, as doutrinas econômicas de Marx, por exemplo, com Mach no plano físico, com Kant no plano ético e com as teorias positivistas da arte no plano estético. Esse determinismo de ordem filosófica – continua Oldrini (1999) - que se prolonga muito além da Segunda Internacional, até alcançar também boa parte do desenvolvimento do marxismo soviético no período stalinista, converte-se depois, na opinião do autor, por sua vez, no plano político, em uma espécie de fatalismo. Da lei marxiana do crescimento inevitável das contradições do capitalismo deduz-se imediatamente a consequência que, no ato em que as contradições amadurecem e explodem, a derrocada do capitalismo ocorre por si mesma. Para Oldrini (1999), o empenho na luta ideológica, o *pathos* revolucionário cedem lugar à resignação, por trás da qual está de espreita o oportunismo: como ficará claro, segundo o autor, com a postura filobelicista assumida por quase todos os partidos socialdemocratas europeus por ocasião da eclosão da Primeira Guerra Mundial (apoio às burguesias nacionais, votações de créditos de guerra, e assim por diante).

Para Oldrini (1999), Gramsci combate desde cedo essas tendências economicistas, fatalistas, incrustadas no marxismo e no movimento socialista, esforçando-se por derrubar seus alicerces. O ponto de partida da sua ação e da sua reflexão, assim como de sua inserção na história do pensamento socialista, continua o autor, deve ser buscado no seu repúdio nítido e resoluto, presente desde o princípio, em relação ao marxismo evolucionista e fatalista da Segunda Internacional.

À luz do exposto readquirem todo o seu justo significado as críticas de Gramsci e Lukács às simplificações vulgarizadoras do marxismo realizadas com a Segunda Internacional, que se estenderam até Bukharin e para além dele (materialismo mecanicista, sociologismo vulgar, doutrina da previsão, sobrevalorização e mal-entendimento do papel da técnica das relações de trabalho). São bem conhecidas e demasiado comentadas, as páginas de Gramsci sobre Bukharin. Contrariamente às simplificações filosóficas bukharianas, redutivas com relação à incidência da esfera da superestrutura, os Cadernos do Cárcere fazem valer uma dialética muito mais articulada entre estrutura e superestrutura, onde encontra lugar e um lugar em primeiro plano também a ação exercida pelas forças humanas, todavia sem aquela ênfase idealista do momento da subjetividade que Gramsci denuncia e rejeita no jovem Lukács, sem diminuir o reconhecimento da prioridade, em última instância decisiva, das leis econômicas objetivas que operam no nível da estrutura (OLDRINI, 1999, p.73).

Em direção ao que argumenta Oldrini (1999), o historiador italiano Leonardo Rapone (2014) afirma que, desde cedo, em contraposição à influência determinista/mecanicista

sofrida pelo Marxismo da Segunda Internacional, materializado na ortodoxia do Partido Socialdemocrata Alemão, no jovem Gramsci, ao lado da reivindicação das possibilidades realizadoras do indivíduo está a identificação do processo histórico de transformação com um processo de libertação do espírito. A própria luta de classes é vista por Gramsci, completa Rapone (2014), como expressão da necessidade de autonomia própria do espírito humano, e a meta rumo à qual se projetam os esforços de emancipação do movimento socialista é a ‘liberdade espiritual perfeita’, a adesão mais completa entre o ato e o fato, entre a vontade e a afirmação, é o homem quem aniquilou todas as fatalidades, todas as forças demoníacas incontroláveis.

Em 1915, em 1916 e ainda posteriormente, até que a Revolução Russa o empurre para um debate mais aberto, com base em leituras mais aprofundadas e interpretações mais meditadas, nenhuma referência efetiva a Marx aparece na prosa de Gramsci, e a única vez em que se reivindica a “fecundidade”, a “eterna juventude” da sua doutrina, faz-se menção ao princípio da luta de classes, logo, ao lado prático, combativo, do seu ensinamento. Bastante precocemente, ao contrário, delinea-se o desprezo pela positividade do socialismo, isto é, pela redução do materialismo histórico a uma concepção determinista do desenvolvimento e pela pretensão de que a cientificidade do socialismo consista em representar os processos sociais como processos naturais, sem relação com a iniciativa humana (RAPONE, 2014, p. 303).

Outra questão que aparece precocemente na formação socialista de Gramsci e que remonta ao argumento do homem como artífice da história, ou seja, à negação do fatalismo, é o nexos lógico sobre a função da subjetividade na história e a relação entre socialismo e cultura. A aquisição de cultura é considerada um fator determinante da constituição política do sujeito e, portanto, do desenvolvimento da subjetividade revolucionária. Aparece assim, *in nuce* no Jovem Gramsci, a ideia (que logo se tornará um dos principais cânones de interpretação do léxico gramsciano) da necessidade de se organizar a cultura, de elevar intelectual e moralmente as massas populares para a realização do socialismo. É a reafirmação, mais uma vez, da potência criadora do homem, mas uma potência que deveria ser organizada e incrementada, e não uma ideia voluntarista, espontaneísta da ação humana.

Retomando o famoso artigo de Gramsci *Socialismo e cultura*, escrito em janeiro de 1916, Rapone (2014) chama a atenção para duas considerações importantes ali contidas, anunciadoras de desdobramentos no Gramsci da maturidade. Em primeiro lugar, Gramsci sublinha com vigor as premissas culturais das revoluções políticas e sociais: toda revolução foi precedida por um intenso e continuado trabalho de crítica, de penetração cultural, de impregnação de ideias em agregados de homens que eram inicialmente refratários e que só pensavam em resolver por si mesmos, dia a dia, hora a hora, seus próprios problemas econômicos e políticos, sem vínculos de solidariedade com os que se encontravam na mesma situação. Nesse sentido, Gramsci cita o exemplo da relação entre Iluminismo e Revolução Francesa, evocando o quadro que dela oferecera o escritor italiano De Sanctis, e esboçando o conceito de uma espécie de revolução cultural (diz do Iluminismo: Foi ele mesmo uma magnífica revolução) que prepara o terreno da transformação política.

Outra consideração de Gramsci, presente no texto *Socialismo e cultura*, e retomada por Rapone (2014), diz respeito a um esclarecimento sobre o que uma classe em ascensão, desafiadora da ordem estabelecida, deve considerar como cultura: não se pode chegar até o conhecimento de si se também não se reconhecem os outros, a história deles, a sucessão dos esforços que fizeram para ser o que são, para criar a civilização que

criaram e que nós queremos substituir pela nossa; o objetivo último é conhecer melhor a si mesmo através dos outros e conhecer melhor os outros através de si mesmo. A cultura de que o proletariado deve se apropriar, em síntese, é aquela mesma que até agora foi de poucos, não outra cultura; Gramsci não admite a ideia de que uma cultura ‘de grau inferior’ deve ser apanágio das classes trabalhadoras ou que estas devam virar as costas para o patrimônio espiritual constituído sob a égide das classes dominantes que as precederam.

A militância juvenil de Gramsci dentro do Partido Socialista Italiano tem a marca pétrea do convite à tomada de posição, do se preparar para que essa tomada produza efeitos. O que lhe provoca asco é a resignação e o fatalismo travestidos de indiferença, que afinal de contas também é uma forma de ação, talvez irresponsável, quem sabe negligente, mas é uma forma de ação que também produz suas consequências (na maioria das vezes nefastas). É Gramsci quem diz que

(...) a indiferença atua poderosamente na história. Atua passivamente, mas atua. É a fatalidade, aquilo com que não se pode contar; é o que abala os programas, inverte os planos mais bem-construídos; é a matéria bruta que se rebela contra a inteligência e a destroça (GRAMSCI, 2011, p.59).

No seu artigo *Indiferentes*, que sai também no número único organizado por Gramsci de *La Città Futura* em abril de 1917, esse ódio aos indiferentes é ao mesmo tempo uma crítica aos que não tomam posição, aos que não se sentem sujeitos da história como também esse texto é uma tentativa de sacudir, de tirar da *zona de conforto* as pessoas que se encontravam nesse estado de paralisia entorpecente.

Odeio os indiferentes. Creio, como Friedrich Hebbel, que “viver é tomar partido”. Não podem existir os que são apenas homens, os estranhos à cidade. Quem vive verdadeiramente não pode deixar de ser cidadão e de tomar partido. Indiferença é abulia, é parasitismo, é covardia, não é vida. Por isso, odeio os indiferentes. A indiferença é o peso morto da história. (GRAMSCI, 2011, p.59).

Se em Descartes ‘*cogito ergo sum*’ (penso, logo existo), em Gramsci, ‘tomo partido, logo vivo’ ou ‘vivo, por isso tomo partido’. Viver é um ato constante de se posicionar, um ato de buscar se reconhecer em tudo que acontece, não como vítima inocente de uma dada circunstância, mas como artífice da mesma, como criador da própria história, mesmo que num momento essa história se apresente como derrota. Em Gramsci está em relevo um certo inconformismo, um asco à inércia intelectual e política. A política é o momento do fazer, do criar, do atuar no mundo a fim de transformá-lo. E quando atuamos no mundo, somos também modificados por ele, nos construímos como homens e mulheres nesse movimento dialético. É nesse sentido que assim como em Marx, também em Gramsci há uma profunda relação entre trabalho e política, uma relação de formação humana, uma relação de criação do mundo e autocriação. Ambos (trabalho e política) são formas de atuar no mundo, formas de ser, e o que caracteriza essas formas de ser e estar no mundo é exatamente a atividade consciente e não a inércia fatalista e entorpecente (a resignação).

Tomo partido, vivo, sinto que já pulsa nas consciências viris do meu partido a atividade da cidade futura que estamos construindo. E nela, a cadeia social não pesa apenas sobre poucos; nela, nada do que ocorre se deve ao acaso, à fatalidade, mas é obra inteligente dos cidadãos. Não há nela ninguém que fique olhando pela janela enquanto poucos se sacrificam, consumindo-se no sacrifício; ninguém que fique à janela, escondido, querendo usufruir um pouco do bem que a atividade de poucos cria e manifesta sua desilusão

ofendendo o sacrificado, o que se consumiu, porque este não teve êxito em sua tentativa. Vivo, tomo partido. Por isso, odeio quem não se compromete, odeio os indiferentes (GRAMSCI, 2011, p.61).

DA TERCEIRA INTERNACIONAL

Assim como a Primeira Guerra Mundial foi fundamental para a formação intelectual e política de Gramsci, como também para uma participação cada vez mais proeminente no interior do Partido Socialista Italiano, outro fato com mesmo peso (ou até maior, ou pelo menos mais decisivo) foi a Revolução Bolchevique, ou ainda, para citar um famoso artigo de Gramsci que dá as boas vindas à Revolução, 'A Revolução contra o Capital'.

Ela é a revolução contra O Capital de Karl Marx. O Capital de Marx era, na Rússia, o livro dos burgueses, mais do que dos proletários. Era a demonstração crítica da fatal necessidade de que na Rússia se formasse uma burguesia, se iniciasse uma era capitalista, se instaurasse uma civilização de tipo ocidental, antes que o proletariado pudesse sequer pensar em sua desforra, em suas reivindicações de classe, em sua revolução. Os fatos superaram as ideologias. Os fatos fizeram explodir os esquemas críticos dentro dos quais a história da Rússia deveria se desenvolver segundo os cânones do materialismo histórico. Os bolcheviques renegam Karl Marx: afirmam – e com o testemunho da ação explicitada, das conquistas realizadas – que os cânones do materialismo histórico não são tão férreos como poderia se pensar e se pensou (GRAMSCI, 2011, p.62).

Revolução que, contrariando as expectativas economicistas e fatalistas de um Marxismo oficial da Segunda Internacional, como também frustrando a maioria dos seus 'arautos' 'exilados' agora nas trincheiras do Partido Socialdemocrata Alemão, é recebida com alegria e satisfação por Gramsci, pois tal fato vai de encontro à sua escrita jornalística e à sua atividade política, porque exalta o papel da subjetividade na história, exalta os homens como criadores do seu próprio mundo e degola a tríade mecanicismo/economicismo/fatalismo.

Contudo, há uma fatalidade também nestes eventos; e, se os bolcheviques renegam algumas afirmações de O Capital, não renegam seu pensamento imanente, vivificador. Eles apenas não são "marxistas"; não construíram a partir das obras do Mestre uma doutrina rígida, feita de afirmações dogmáticas e indiscutíveis. Vivem o pensamento marxista, o que não morre nunca, que é a continuação do pensamento idealista italiano e alemão, e que em Marx se havia contaminado de incrustações positivista e naturalistas. E esse pensamento põe sempre como o máximo fator da história não os fatos econômicos, brutos, mas o homem, a sociedade dos homens, dos homens que se aproximam uns dos outros, entendem-se entre si, desenvolvem através destes contatos (civilização) uma vontade social, coletiva, e compreendem os fatos econômicos, e os julgam, e os adequam à sua vontade, até que essa vontade se torne o motor da economia, a plasmadora da realidade objetiva, a qual vive, e se move, e adquire o caráter de matéria telúrica em ebulição, que pode ser dirigida para onde a vontade quiser, do modo como a vontade quiser (GRAMSCI, 2011, p. 62-63).

Em outro artigo publicado, agora no *Il Grido del Popolo* em maio de 1918, em virtude das comemorações pelo centenário de nascimento de Marx, Gramsci mais uma vez combate as apropriações economicistas que tentaram transformar o pensamento de Marx em verdades absolutas, em dogmas. Assim, nesse sentido, combatendo essas incrustações positivistas e celebrando os acontecimentos na Rússia de outubro de 1917, Gramsci escreve que Marx não produziu uma 'doutrinazinha', Marx não é um messias que nos legou uma série de parábolas impregnadas de imperativos categóricos, de normas indiscutíveis, absolutas, fora das categorias de tempo e de espaço. E

continuando, afirma que Marx deixou “Um único imperativo categórico, única norma: ‘Proletários de todos os países, unam-se’. O dever da organização, a propaganda da obrigação de se organizar e se associar deveria assim ser um critério de discriminação entre marxistas e não marxistas” (GRAMSCI, 2011, p.65).

A Revolução de Outubro havia vencido. A vitória levou os bolcheviques ao centro da atenção mundial. A autoridade da concepção revolucionária leniniana e da práxis dos bolcheviques, até então não muito conhecidas, começou a crescer rapidamente numa parte importante do movimento socialista internacional, justamente porque a ação revolucionária tinha sido coroada de sucesso. Segundo Reiman (1985), a vitória da Revolução de Outubro fez com que o pensamento original de 1917 viesse a ser submergido pelas mais diferentes interpretações, por explicações teóricas suplementares, por justificações teóricas elaboradas *a posteriori*. Não raramente, os autores disto foram os próprios protagonistas dos acontecimentos: Lênin, Trótski, Bukharin, Zinoviev, Stálin. A contribuição principal do pensamento socialista (e a específica do pensamento bolchevique) para a revolução de 1917, continua Reiman (1985), esteve centrada na esfera da teoria política e da tática política; tendia a justificar as possibilidades, a necessidade e o modo de realizar a revolução política socialista.

Em direção ao que Gramsci discute no seu artigo *A Revolução contra o Capital*, Reiman (1985) argumenta que a contribuição do pensamento bolchevique de 1917 foi possível somente à custa da deformação da anterior concepção marxista da revolução socialista, deformação pela qual a motivação do momento político se antepunha à consideração da situação econômica e social. Lênin e outros dirigentes bolcheviques tinham consciência disto, continua o autor, ainda que em proporções diferentes, e justamente por esta razão tentaram apoiar suas concepções com a previsão de uma revolução iminente nos países avançados, previsão que num primeiro momento parecia confirmada pelos acontecimentos internacionais, com a eclosão de revoluções na Europa Central no fim da Primeira Guerra Mundial, no outono de 1918.

Para Reiman (1985), os bolcheviques, que logo depois da tomada do poder se viram diante do dilema que desde o início estava implícito em sua concepção, a imaturidade dos pressupostos para o socialismo na Rússia, insistiam na certeza da concepção leniniana: após a vitória na Rússia, a revolução devia alcançar outros países. Pensavam, continua Reiman, que os insucessos das tentativas de deflagrar a revolução socialista no Ocidente fossem só temporários, a revolução na Europa Ocidental tinha ritmos mais lentos do que originalmente se supunha, devia lutar contra a ‘traição’ dos partidos socialistas tradicionais e superar a debilidade e a inexperiência do movimento comunista.

Segundo Reiman (1985), a base social do poder bolchevique se reduziu fortemente, sobretudo depois que o governo, no esforço de garantir de qualquer modo o abastecimento das cidades e do recém-formado exército vermelho, desfechou no campo um ataque contra os camponeses médios e mais abastados. A fratura do campo popular ofereceu uma brecha à contrarrevolução, e a Rússia se viu precipitada, por dois anos, na voragem de uma guerra civil particularmente encarniçada e sangrenta. A concepção original da política interna da revolução russa, elaborada pelos bolcheviques em 1917, não pode ser realizada, conclui Reiman (1985). Na opinião do historiador tcheco, os esforços para se passar da concepção à realização de uma economia socialista e de uma política social terminaram por agravar uma situação já tensa e resultaram no ineficaz sistema do chamado ‘comunismo de guerra’. A discrepância entre concepção ideal e teórica, por um lado, e situação real, por outro, continua Reiman (1985), marcava assim

a política interna da revolução russa (tal discrepância já era também característica de sua política externa).

Especificamente falando sobre o caráter e o papel de liderança de Lênin, não só nacional, mas também internacional, como também escrevendo sobre o ambiente no qual amadureceu a formação do mesmo, Gramsci num artigo de 1924 publicado no *L'Unità*, logo após a morte de Lênin, diz que ele foi o iniciador de um novo processo de desenvolvimento da história, mas o foi por ser também o expoente e o último momento mais individualizado de todo um processo de desenvolvimento da história passada, não só da Rússia, mas do mundo inteiro. Gramsci se pergunta se foi por acaso que ele se tornou o líder do Partido Bolchevique e se foi por acaso que o Partido Bolchevique se tornou o partido dirigente do proletariado russo e da nação russa. Respondendo a si mesmo, Gramsci afirma que:

A seleção durou trinta anos, foi trabalhosíssima, assumiu com frequência as formas aparentemente mais estranhas e absurdas. Teve lugar no terreno internacional, em contato com as mais avançadas civilizações capitalistas da Europa Central e Ocidental, na luta entre os partidos e frações que formavam a II Internacional antes da guerra. Prosseguiu no seio da minoria do socialismo internacional, que permaneceu pelo menos parcialmente imune ao contágio social-patriótico. Foi retomada na Rússia quando da luta para conquistar a maioria do proletariado, para compreender e interpretar as necessidades e aspirações de uma numerosíssima classe camponesa, dispersa num imenso território. Continua ainda, a cada dia, porque a cada dia é preciso compreender, prever, prover. Essa seleção foi uma luta de frações, de pequenos grupos; foi luta individual. Significou cisões e unificações, detenções, exílio, prisão, atentados; foi resistência contra o desencorajamento e o orgulho; significou passar fome quando se tinha à disposição milhões em ouro; significou conservar o espírito de um simples operário mesmo quando se estava sentado no trono do czar. Significou não desesperar até mesmo quando tudo parecia perdido, mas recomeçar, com paciência, com tenacidade, mantendo todo o sangue frio e o sorriso nos lábios, quando os outros perdiam a cabeça (GRAMSCI, 2011, p.95-96).

Gramsci retoma alguns elementos centrais da política e da teoria leniniana, principalmente quando desenvolve seu conceito de hegemonia. Já preso, sob a égide do fascismo mussoliniano, em uma das suas notas nos *Quaderni*, faz referência à valorização por parte de Lenin da frente de luta cultural que começa a ter lugar na sociedade, devido às mudanças nas relações entre as classes sociais, construindo, dessa maneira, a doutrina da hegemonia como complemento do 'Estado-força':

[...] o maior teórico moderno da filosofia da práxis, no terreno da luta e da organização política, com terminologia política, tem em oposição às diversas tendências «economicistas» valorizado a frente de luta cultural e construído a doutrina da hegemonia como complemento da teoria do Estado-força e como forma atual da doutrina quarantottesca da «revolução permanente» (GRAMSCI, 1975, p.1235).

Há, portanto, uma atualização da 'fórmula de 1848' da 'revolução permanente', formulada no Manifesto do Partido Comunista, que se expressa no conceito de hegemonia. Isso significa a compreensão das novas características do Estado, como também da necessidade de elaborar novas estratégias de 'luta'. A 'fórmula da hegemonia' é o reconhecimento da superação, na teoria e na prática, da 'fórmula de 1848'. Lênin identifica a necessidade de mudanças em relação às estratégias de luta que a classe revolucionária deveria adotar para atingir os objetivos de transformação social. Suas perspectivas aparecem principalmente nas políticas adotadas para a Rússia, no final da I Guerra Mundial, quando começaram a ficar mais claras as relações de força interna e externa ao país. No plano interno, Lênin propõe a Nova Política Econômica

(NEP), como estratégia para lidar com a reação camponesa ao socialismo. A Nova Política Econômica foi proposta em 1921, num quadro de reação dos camponeses (que então constituíam 70% da sociedade russa) ao socialismo. Para obter o consentimento dos camponeses às mudanças em curso na Rússia após a Revolução, Lênin precisou fazer concessões no campo econômico. Concessões que dentro daquela conjuntura poderiam parecer recuos das conquistas iniciadas em 1917 pela Revolução Bolchevique. A Rússia vivia uma situação caótica, uma crise social e econômica, como consequências da Primeira Guerra Mundial e da Guerra Civil. Era um quadro de miséria, e para aguzar a situação, não contaram com o apoio técnico e financeiro da esperada revolução nos países industrializados, principalmente a Alemanha. Era necessária uma política para a economia que representasse também a busca de quebrar a reação camponesa. A NEP atendia parcialmente aos interesses dos camponeses, porque permitia determinadas práticas de mercado entre os mesmos, como venderem parte da sua produção a preço fixo para o Estado, ao mesmo tempo em que cessavam determinadas práticas vigentes durante o chamado 'Comunismo de Guerra' como a requisição forçada de víveres agrícolas e matérias primas, o racionamento de alimentos e produtos industrializados, a distribuição de tíquetes e talões de racionamento no lugar de pagamentos em moeda e trocas diretas de produtos.

É evidente que uma política econômica que permitisse certas relações de mercado poderia trazer críticas de dentro do próprio movimento revolucionário russo, principalmente do proletariado que vivia sob condições materiais muito inferiores aos *nepmen*³. Num texto pré-carcerário, datado de 14 de junho de 1926, quando escreve para o Comitê Central do Partido Comunista Soviético com a intenção de alertar os camaradas soviéticos sobre o perigo das lutas internas ali presentes, Gramsci afirma que jamais na história ocorrera que uma classe dominante, em seu conjunto, se visse em condições de vida inferiores a determinados elementos e estratos da classe dominada e submetida. Para ele, tal tipo de contradição fora reservada pela história ao proletariado russo; assim, residiam em tal contradição os maiores perigos para a ditadura do proletariado, sobretudo nos países onde o capitalismo não alcançara um grande desenvolvimento e não conseguira unificar as forças produtivas.

Segundo Gramsci, era dessa contradição – que, de resto, apresentava-se já sob alguns aspectos nos países capitalistas onde o proletariado alcançara objetivamente uma função social mais elevada – que nasciam o reformismo e o sindicalismo, que nasciam o espírito corporativo e as estratificações da aristocracia operária. Mas ressaltava que o proletariado não poderia se tornar classe dominante se não superasse essa contradição, sacrificando seus interesses corporativos; não podendo manter sua hegemonia e sua ditadura se, mesmo quando se torna dominante, não sacrificar tais interesses imediatos em nome dos interesses gerais e permanentes de classe.

E para Gramsci a razão das lutas internas no Partido Comunista da URSS residia nessa contradição. Para ele, era o elemento essencial das discussões entre seus camaradas.

Reside neste elemento a raiz dos erros do bloco das oposições e a origem dos perigos latentes contidos em sua atividade. Na ideologia e na prática do bloco das oposições,

³ NEPmen foram homens e mulheres empreendedores (NEPmenshi) que levaram vantagem das oportunidades para o comércio privado e da fabricação em pequena escala criados pela Nova Política Econômica (NEP) (Disponível em: <http://www.soviethistory.org>. Acesso em: 10 jun. 2013).

renasce plenamente toda a tradição da socialdemocracia e do sindicalismo, que impediu até agora o proletariado ocidental de se organizar em classe dirigente (GRAMSCI, 2011, p.109).

Somente uma firme unidade e uma firme disciplina no partido que governava o Estado operário poderiam assegurar a hegemonia proletária em regime de Nova Política Econômica, ou seja, em pleno desenvolvimento da contradição mencionada por Gramsci. Mas a unidade e a disciplina, neste caso, pensava, não poderiam ser mecânicas e coercitivas. Deveriam ser leais e obtidas pela convicção; não deveriam ser as de um destacamento inimigo aprisionado ou cercado, que pensa sempre em fugir ou em atacar de surpresa. Ao terminar sua carta, Gramsci faz um alerta aos camaradas russos de que a unidade do partido revolucionário era essencial para a consolidação não só da Revolução de 1917, mas também das forças revolucionárias mundiais que tinham na Rússia seu espelho.

A unidade de nosso partido irmão da Rússia é necessária para o desenvolvimento e o triunfo das forças revolucionárias mundiais: todo comunista e internacionalista deve estar disposto a fazer os maiores sacrifícios para que tal necessidade se realize. Os prejuízos de um erro cometido pelo partido unido são facilmente superáveis; os prejuízos de uma cisão ou de uma prolongada situação de cisão latente podem ser irreparáveis e mortais (Ibidem, p.109).

Segundo Di Biagio (2010), são inúmeras as citações dos escritos de Gramsci, subsequentes à sua estada em Moscou (3 de junho de 1922 a 3 de dezembro de 1923), que se poderiam reunir como prova do fato de que assimilou em primeiro lugar uma concepção de hegemonia que o próprio Lênin, desde 1902, havia submetido às exigências polêmicas contra o ‘economicismo’, entendido como defesa corporativa do próprio *particular* por obra de uma classe que, ao contrário, só conquistaria a plena legitimidade para exercer suas funções dirigentes sob a condição de se mostrar disposta a suportar ‘sacrifícios e esforços inauditos’ em nome dos interesses da humanidade. Em abril-maio de 1925, o comunista italiano propunha uma distinção entre luta econômica e luta política que se revelava quase uma paráfrase do *Que fazer?* de Lênin, seja nos termos em que se condenava a ‘espontaneidade’, seja na indicação da condição indispensável para o proletariado se tornar classe dominante (isto é, que o proletariado tenha consciência de ser o protagonista de uma luta geral que alcança todas as questões mais vitais da organização social). Continua a autora,

Com efeito, foi somente depois da sua estada na União Soviética que Gramsci começou a realizar a obra de tradução “em linguagem histórica italiana” dos “principais postulados da doutrina e da tática da Internacional Comunista”. Um dos primeiros e mais significativos resultados desta obra foi a elaboração de um conceito de hegemonia que acolhia, em particular, as indicações derivadas do terceiro pleno da Internacional (junho de 1923) sobre a necessidade de que os partidos comunistas europeus ampliassem sua base social, se tornassem partidos de massa, ou seja, conquistassem “a maioria do povo italiano”, através da aplicação da tática da frente única, dirigida aos rivais socialdemocratas, e da promoção de uma equivalente da *Smychka* (aliança entre operários e camponeses) nos respectivos contextos nacionais (DI BIAGIO, 2010, p.88).

Além da proposta da NEP no plano interno, outra proposição leniniana, e levada em conta por Gramsci, é a política da ‘frente única’ que deveria ser adotada no plano externo. Lênin a propõe no IV Congresso da III Internacional, pela qual orienta a aproximação entre socialistas e comunistas no sentido de fortalecer o movimento proletário internacional ante a reação dos países aliados.

Em 1922, no IV Congresso da III Internacional, Lênin propõe a fórmula da frente única da classe operária, fundada sobre a unidade de ação sindical e política entre comunistas e socialistas (o que não exclui, naturalmente, a crítica às posições dos socialistas) (GRUPPI, 1978, p.140).

Segundo Gualtieri (2010), a política da 'frente única' foi inicialmente criticada por Gramsci e pela direção do recém-criado PCd'I. Mas em torno de 1924, Gramsci revê sua posição. Reconhece que Lênin percebera o início de uma nova etapa na luta de classes, em âmbito nacional e internacional.

Inicialmente, Gramsci não aceita a tática da "frente única". Mas, em 1924, faz uma autocrítica e aprova a proposição de Lênin. Depois de 1926, quando se encontra nos cárceres do fascismo italiano, ele reflete sobre os limites das concepções defendidas pelo movimento operário mundial para realizar a revolução socialista. É quando investiga a passagem da guerra de movimento à guerra de posição e, assim, da fórmula da "revolução permanente" para a da "hegemonia civil". Então, ele indica a importância da frente cultural, ao lado das frentes econômicas e políticas, salientando o fato de que fora Lênin quem observara a necessidade dessa iniciativa (DORE SOARES, 2000, p. 46-47).

No caso da 'frente única', a aliança entre comunistas e socialistas era primordial ao fortalecimento do socialismo diante do soerguimento das nações que formaram um pacto internacional para isolar a Rússia, como os Estados Unidos, a Inglaterra e a França. Além disso, manifestações de extrema direita já tinham começado a aparecer na Alemanha e na Itália. Portanto, para Gramsci, a estratégia da 'frente única' e também a Nova Política Econômica (NEP) teriam lançado os fundamentos para o desenvolvimento da doutrina da 'hegemonia civil'.

Elas marcariam a passagem da 'guerra de movimento' à 'guerra de posição'. É a partir delas que Gramsci atribui a Lênin a elaboração da doutrina da hegemonia, a qual seria a nova referência conceitual para entender o Estado moderno, típico das sociedades ocidentais de capitalismo avançado. Essas políticas são tomadas por ele como referência da formulação de novas estratégias para a luta social, que superavam o confronto direto e aberto com a suposta 'máquina estatal' ou o Estado Restrito. A avaliação das políticas de Lênin aparece nos escritos carcerários de Gramsci.

[...] Me parece que Ilici (Lênin) compreendia que ocorria uma mudança da guerra de movimento, aplicada vitoriosamente no Oriente em 17, à guerra de posição que era a única possível no Ocidente, onde, como observava Krasnov, em breve espaço os exércitos podiam acumular infinitas quantidades de munições, onde os quadros sociais eram ainda por si capazes de se tornarem trincheiras municadas. Isso me parece significar a fórmula da «frente única» que corresponde à concepção de uma única frente de Entendimento sob o comando de Foch (GRAMSCI, 1975, p.866).

Na Europa Central e Ocidental o desenvolvimento do capitalismo determinou não apenas a formação de amplos estratos proletários, mas também criou um estrato superior, a aristocracia operária, com seus anexos de burocracia sindical e de grupos socialdemocratas. Segundo Gramsci, a determinação que na Rússia era direta e lançava as massas às ruas para o assalto revolucionário, complicava-se na Europa Central e Ocidental em função de todas essas superestruturas políticas, criadas pelo maior desenvolvimento do capitalismo; tornando mais lenta e prudente a ação das massas e, portanto, requerendo do partido revolucionário toda uma estratégia e uma tática bem mais complexas e de longo alcance do que aquelas que foram necessárias aos bolcheviques no período entre março e novembro de 1917.

Segundo Gramsci, Lênin ensinara que para vencer o inimigo do proletariado – que era poderoso e que possuía muitos meios e reservas à sua disposição –, a classe revolucionária teria não somente que aproveitar as fissuras apresentadas pelo seu bloco, mas também utilizar todo aliado possível, ainda que incerto, oscilante e provisório. Ensinou que, na guerra dos exércitos, não se pode atingir o objetivo estratégico, que é a destruição do inimigo e a ocupação do seu território, sem ter antes atingido uma série de objetivos táticos, visando a desagregar o inimigo antes de enfrentá-lo em campo aberto. Todo o período pré-revolucionário se apresentava como uma

(...) atividade predominantemente tática, voltada para a aquisição pelo proletariado de novos aliados, para a desagregação do aparelho organizativo de ataque e de defesa do inimigo, para o conhecimento e esgotamento de suas reservas (GRAMSCI, 2011, p.103).

Lênin não teve tempo de desenvolver plenamente a fórmula da hegemonia, apesar de tê-la intuído como assinala Gramsci, chamando a atenção para as políticas que adotou, como a NEP e a frente única.

Para De Felice (1978), a reflexão sobre a passagem da guerra de movimento à guerra de posição, que Gramsci nos *Quaderni* considera a questão de teoria política mais importante que emerge no pós-guerra, mas também a mais difícil de estabelecer corretamente, permite-lhe intervir no debate do movimento comunista internacional com uma contribuição de grande relevância, definindo uma relação fecunda com os processos em movimento e com a questão da crise do capitalismo, superando a oscilação entre catastrofismo e apologia do presente, e o empirismo esquemático da categoria de ‘estabilização’, levemente adjetivada. Sobre essa questão e a tendo como parâmetro, continua De Felice (1978), por todos os anos de 1920 – mas com implicações que vão além – se mediu a formação, a resistência e a maturidade dos grupos dirigentes do comunismo internacional, mas também a polarização no interior do grupo dirigente bolchevique e, ainda mais relevante, a questão da soldagem entre a experiência soviética e os movimentos revolucionários dos outros países, atingindo, portanto, um ponto delicado, mas central, que é aquele da concepção mesma do processo revolucionário.

Próxima à oscilação abordada por De Felice (1978), mas com características singulares, já se discutia no interior do Partido Bolchevique, antes mesmo da morte de Lênin, uma questão central não só para a Rússia, mas que posteriormente seria também uma das questões mais importantes (senão a principal) envolvendo os Partidos da III Internacional: o futuro da Revolução, isto é, expandir a Revolução de Outubro para os demais países da Europa Central e Ocidental, ou, ao contrário, construir ‘o socialismo num só país’. Essa questão ficou conhecida como ‘a questão russa’ e será responsável por um processo de cisão irreversível no interior do Partido líder da III Internacional.

Para Pons (2010) a chamada ‘questão russa’ pode ser entendida seja como a problemática da relação entre os interesses da Revolução Russa e os da revolução mundial, seja como as consequências da luta pela sucessão no grupo dirigente bolchevique. Essa questão impôs-se ao centro da atenção de todos os partidos comunistas. Em geral, continua Pons (2010), os historiadores viram tal questão através do prisma das diretrizes do *Komintern* sobre a ‘bolchevização’ e sob o perfil da intervenção do centro moscovita com o objetivo de condicionar, destituir, modificar os grupos dirigentes periféricos. Mas seu significado foi muito além do disciplinamento Kominterniano; a questão russa alcançou os partidos comunistas, projetando dentro deles as categorias e as divisões próprias dos bolcheviques, conclui o historiador italiano.

Para Aggio e Henriques (2010), a Revolução iniciada em outubro de 1917 acabaria confinada à circunstância 'oriental' e o movimento comunista nucleado na III Internacional – o *Komintern* –, se debateria, a partir de 1921, entre a hipótese, nunca abandonada, de uma suposta revolução iminente em alguns países-chave da Europa Ocidental, ou, em vez disso, a de uma 'estabilização relativa' do capitalismo, o que estaria a exigir uma imaginação política mais sofisticada, de tipo aliancista, como aquela requerida pelo estabelecimento das 'frentes únicas' de partidos e movimentos operários, inclusive socialdemocratas e reformistas.

Sobre a questão da estabilização relativa do capitalismo, De Felice (1978) considera o debate empreendido durante a III Internacional complexo e não linear. Para o autor, de fato, se o registro formal de uma desaceleração da crise revolucionária e do fortalecimento da resistência do capitalismo acontece na reunião do V Executivo ampliado da Internacional Comunista (1925), tal avaliação acontece apenas um ano depois do V Congresso da IC (1924), que foi marcado por um deslocamento geral à esquerda das orientações do comunismo internacional; para De Felice (1978), tal discrepância não acontece sem consequências seja na definição do fenômeno, seja na capacidade de apropriar-se e de dominar os processos históricos gerais.

Segundo De Felice (1978) é muito fácil identificar as implicações gerais, e não apenas políticas, relacionadas à definição da estabilização relativa: o acento sobre o primeiro elemento da definição significava o reconhecimento da possibilidade pelo capitalismo de superar as próprias contradições e colocava, portanto, em discussão a tese fundamental sobre a qual era baseada a análise, a elaboração e a própria iniciativa do comunismo internacional (a atualidade da revolução); já o acento sobre o segundo elemento significava marginalizar a análise científica da realidade, as experiências reais com as quais ainda o movimento se chocava, reintroduzindo na relação com os fenômenos em movimento elementos de finalismo.

Componente essencial na análise da estabilização, continua De Felice (1978), era a avaliação a se fazer dos processos de reorganização técnico-produtiva (a racionalização) em relação às perspectivas de desenvolvimento do capitalismo. O relatório de Bukharin (VIII *Plenum* da IC que acontece entre novembro e dezembro de 1926) – *Estabilização capitalista e revolução proletária* – pode ser assumido como referência para mensurar a comunhão de temática com a reflexão gramsciana presente nos *Quaderni* e especificamente no Caderno 22, mas também a profundidade das diferenças seja no estabelecimento, seja nas perspectivas, conclui De Felice (1978). E a contribuição de Bukharin sobre esse nó decisivo constitui um ponto alto no debate e na reflexão comunista. De Felice (1978) afirma que o relatório de Bukharin é amplo: são apresentados os dados que mostram a retomada capitalista (aumento da produção, recomposição dos acordos comerciais interrompidos por causa da guerra) juntamente aos elementos que mostram as modificações no processo de produção e reprodução (irregularidades do ciclo industrial, desigualdade de desenvolvimento, cronicidade do desemprego); Central é a consideração da importância crescente dos Estados Unidos no equilíbrio internacional, da passagem para esse da hegemonia capitalista e da transferência progressiva do comércio mundial do Atlântico para o Pacífico. Nesse relatório de Bukharin, Os Estados Unidos exprimem em medida acentuada a curva ascendente da economia capitalista, afirma De Felice (1978). Outra questão importante contida no relatório de Bukharin, e retomada pelo historiador italiano, diz respeito à importância do fenômeno da racionalização, que tem nos Estados Unidos e na Alemanha um campo privilegiado de aplicação.

Segundo De Felice (1978), na conclusão do debate, Bukharin reafirma com ainda mais nitidez sua posição, distinguindo na racionalização o aspecto técnico, a ser salvo, e aquele social, a ser combatido. Está presente nessa distinção a proposta de uma relação linear entre socialismo e desenvolvimento das forças produtivas, ainda que o ponto central pareça ser evitar a questão do desenvolvimento, conclui o historiador italiano.

Gramsci no seu Caderno 22 consegue superar os impasses relacionados à questão da estabilização do capitalismo e também a indeterminação presente no relatório de Bukharin quando insere a racionalização capitalista (o americanismo) no âmbito da mais ampla questão do desenvolvimento e da transformação da formação econômico-social capitalista, ou seja, Gramsci elabora na análise dos processos em movimento, categorias com as quais critica o catastrofismo e o economicismo ainda largamente presente nas análises do comunismo internacional. Central, no realizar desse deslocamento de campo e no medir a novidade do estabelecimento analítico, é a categoria de revolução passiva, conclui De Felice (1978).

Sobre a questão de se expandir a Revolução para outros países ou, ao contrário, construir e fortalecer o 'socialismo em um só país', percebe-se que o debate em torno dela não era novo e não estava circunscrito à década de 1920-30 no interior da III Internacional.

Para Knei-Paz (1985), Trótski, antes mesmo do início da Revolução em 1917, concebia a teoria da revolução permanente (ou a revolução do atraso) como a única solução possível ou o único modo de realizar a modernização e, ao mesmo tempo, a única possível consequência do modelo que estava emergindo das específicas características econômicas, sociais e políticas da Rússia que sofria de cima para baixo uma incipiente modernização e industrialização patrocinadas pelo Czar, sem, no entanto, possuir uma burguesia robusta. Para Trótski, continua Knei-Paz (1985), só seria possível transformar a Rússia e fazer desaparecer suas anomalias por meio de um único e ininterrupto salto em direção ao mundo moderno, capitaneado pela classe operária.

Segundo Knei-Paz (1985), Trótski não era tão ingênuo a ponto de crer que, com base nas condições majoritariamente primitivas e miseráveis da economia, pudesse surgir um mundo moderno, mais ou menos socialista: as exigências da sociedade e as declaradas intenções da classe revolucionária, ainda que seguidas por imediatas transformações institucionais, não teriam sido suficientes para assegurar um salto que terminasse na conquista do milênio socialista. O próprio Marx, continua o historiador polonês, não tinha colocado como condição do socialismo a capacidade do homem – já experimentada na fase do capitalismo avançado – de desenvolver aos mais altos níveis os meios e a organização da produção econômica? Nesse sentido, continua Knei-Paz (1985), a Rússia, quaisquer que tivessem sido as transformações industriais dos últimos decênios do século XIX, estava somente no início e, no período pós-revolucionário, qualquer tentativa pessoal de basear-se unicamente nos próprios recursos internos acabaria – pensava Trótski – num completo desastre: ou o caos total ou uma tirania burocrática. À luz desta premonição, conclui Knei-Paz (1985), não é, portanto difícil compreender como – no contexto da revolução do atraso – Trótski colocasse o acento na revolução europeia e mundial. Sem tal revolução, e Knei-Paz (1985) pensa que Trótski estava certo, a revolução russa estaria condenada à 'vingança do atraso'. Trótski era certamente internacionalista por temperamento e mentalidade, mas o seu internacionalismo não era somente a moldura idealista que lhe é tão frequentemente atribuída, mas era parte

integrante da sua concepção das necessidades materiais da revolução russa, finaliza o historiador polonês.

Importante salientar que o adjetivo ‘permanente’ do conceito de ‘revolução permanente’ de Trótski é sinônimo de ‘ininterrupta’, de ‘contínua’. Assim, os acontecimentos de 1917 e os posteriores confirmaram a validade da teoria da revolução permanente? Para Knei-Paz (1985), Trótski era levado a dar uma resposta positiva; e em certos aspectos, pode-se pensar que o próprio Lênin tenha reconhecido a sua validade histórica, acrescenta o historiador polonês.

Segundo Knei-Paz (1985), Trótski, de qualquer modo, nos anos em que esteve no poder, agiu como se a sua teoria estivesse se efetivando plenamente na realidade, e esperava a revolução europeia como o último ato da dramática representação que ia se desenvolvendo. Na realidade, ao contrário, a revolução europeia não aconteceu, e a teoria da revolução permanente e a própria União Soviética encontraram-se diante de uma realidade imprevista. Em última análise, acrescenta Knei-Paz (1985), as novas alternativas que se apresentaram consistiam na doutrina do ‘socialismo em um só país’ e no sistema político que depois seria definido como stalinismo, enquanto a teoria da revolução permanente era submetida a um maciço ataque político e doutrinário e considerada uma heresia.

Doze anos depois de outubro de 1917, já no seu exílio, continua Knei-Paz (1985), Trótski estava convencido, assim como doze anos antes, de que uma revolução operária circunscrita às fronteiras da Rússia corria o perigo de um colapso. O historiador polonês Baruch Knei-Paz, que dentre suas obras, publicou em 1974 o livro *O pensamento Social e Político de Leon Trótski*, afirma que um dos postulados de base da teoria da revolução permanente de Trótski é que um país atrasado pode ser o primeiro a ver realizada uma revolução operária, mas não pode atingir o socialismo antes dos demais países avançados, fora do contexto histórico mundial. Depois da morte de Lênin, afirma Pons (2010), Gramsci não estabeleceu uma relação unívoca com nenhuma das correntes nas quais se dividiu o bolchevismo, mas também jamais se afastou completamente das categorias de pensamento bolchevique. Para Pons (2010), sua visão da NEP como sistema de equilíbrios, desenvolvida nos Cadernos, apresentava uma evidente inclinação ‘bukhariniana’, além de uma óbvia derivação dos últimos escritos de Lênin, e se nutria de uma concepção da dialética interna de partido de clara matriz trotskista. Nos anos do cárcere, continua Pons (2010), Gramsci se mostrou consciente do núcleo bonapartista ativo no pensamento de Trotski, mas também viu Bukharin como o espelho de uma ideologia oficial retida na fase ‘econômico-corporativa’.

Para Pons (2010), Gramsci revelou uma sintonia evidente com Bukharin em torno da ideia de que fosse de fato possível conciliar o processo de *State Building* soviético com um papel ativo do comunismo internacional, num horizonte delineado em torno da centralidade da URSS, mas ancorado na tradição revolucionária. Mas sua interpretação do ‘socialismo num só país’, continua o historiador italiano, não limitava o papel do movimento comunista à defesa da URSS e assumia como critério essencial de avaliação a capacidade de exercer uma hegemonia ideal. “Por isso, a orientação isolacionista da URSS e a orientação sectária do *Komintern*, sob a direção de Stalin, tinham de parecer a Gramsci no cárcere, a efetivação de um perigo já apontado” (PONS, 2010, p.173).

Depois de 1929, afirma Pons (2010), o pensamento de Gramsci não seguiu nem o percurso de Trótski, estruturado em torno da categoria de ‘degeneração’, nem o de Bukharin, até o fim inclinado a apresentar a ditadura de Stalin como uma resposta

necessária ao contexto internacional. Em vez disso, finaliza Pons (2010), a crítica de Gramsci contra a virada ditada por Stalin no final dos anos 20 apresentava a centralidade do nexo interior-exterior: através do prisma de tal interação, viu na Rússia pós-leniniana a ausência das características indispensáveis ao exercício da hegemonia. Segundo Pons (2010), a única passagem dos *Quaderni* em que aparece uma referência explícita a Stalin, que remonta a fevereiro de 1933, apresenta-se-nos sob um ângulo diverso daquele, habitualmente assinalado, da adesão de Gramsci ao ‘socialismo num só país’. Sem dúvida, conclui o historiador italiano, Gramsci manteve uma adesão de princípio à ideia: mas não pode escapar o fato de que sua polêmica antitrotskista era então um expediente para criticar na realidade o curso político de Stalin e, verossimilmente, também a linha sectária do *Komintern*. Para Pons (2010), Gramsci delineou uma crítica do nexo nacional-internacional na política da URSS, nas formas assumidas depois de 1928.

O desenvolvimento é na direção do internacionalismo, mas o ponto de partida é «nacional» e é desse ponto de partida que interessa levar em consideração os movimentos. Mas a perspectiva é internacional e não pode ser outra que essa. Importante, portanto, estudar exatamente a combinação de forças nacionais que a classe internacional deverá dirigir e desenvolver segundo a perspectiva e as diretrizes internacionais. A classe dirigente só pode ser considerada como tal se interpretar exatamente essa combinação, da qual essa mesma é componente e enquanto tal, justamente, pode dar ao movimento um certo direcionamento em certas perspectivas. Sobre esse ponto me parece estar localizado o dissídio fundamental entre Leone Davidovici (Trótski) e Bessarione (Stalin) como intérprete do movimento majoritário (GRAMSCI, 1975, p. 1729).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No confronto ideológico e político com a atmosfera da Segunda e da Terceira Internacionais, Gramsci se forma, critica os elementos positivistas, economicistas e mecanicistas que se apropriaram da filosofia da práxis, deturpando-a, como também elabora e reelabora conceitos fundamentais que o auxiliarão na tentativa de pensar a construção de uma hegemonia por parte dos grupos sociais subalternos. O pensador sardo se apropria dialeticamente de ideias e conceitos forjados num movimento por ele compreendido e ‘lido’ de organização da sociedade civil e a respectiva ampliação do Estado Burguês nas sociedades de capitalismo avançado, não deixando passar despercebidos os limites e alcances de tal ampliação. Mas não serão apenas as ideias e os conceitos surgidos nos contextos das Internacionais e do ambiente de luta socialista e comunista que o influenciarão. Principalmente durante a tessitura dos *Quaderni* e a discussão do conceito de hegemonia, Gramsci dialogará com correntes anteriores ao seu contexto de formação e de vertentes não marxistas como, por exemplo, a obra de Renan. E isso acontece exatamente quando pensa em construção da hegemonia por parte dos grupos sociais subalternos, colocando em relevo o aspecto da organização da cultura e a educação das massas.

REFERÊNCIAS

AGGIO, Alberto; HENRIQUES, Luiz Sérgio. Prefácio à edição brasileira. In: AGGIO, Alberto; HENRIQUES, Luiz Sérgio; VACCA, Giuseppe (Orgs.). **Gramsci no seu tempo**. Tradução de Luiz Sérgio Henriques. Brasília: Fundação Astrojildo Pereira; Rio de Janeiro: Contraponto, 2010.

ANDREUCCI, Franco. A difusão e a vulgarização do marxismo. In: HOBBSAWN, Eric. **História do marxismo II: o marxismo na época da Segunda Internacional**. Tradução de Leandro Konder e Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

DE FELICE, Franco. Introduzione. In: GRAMSCI, Antonio. **Quaderno 22: Americanismo e Fordismo**. Torino: Giulio Einaudi, 1978.

DI BIAGGIO, Anna. Hegemonia leninista, hegemonia gramsciana. In: AGGIO, Alberto; HENRIQUES Luiz Sérgio Henriques; VACCA, Giuseppe (Orgs.). **Gramsci no seu tempo**. Tradução de Luiz Sérgio Henriques. Brasília: Fundação Astrojildo Pereira; Rio de Janeiro: Contraponto, 2010.

DORE SOARES, Rosemary. **Gramsci, o Estado e a escola**. Ijuí: Unijuí, 2000.

FETSCHER, Irving. Bernstein e o desafio à ortodoxia. In: HOBBSAWN, Eric. **História do marxismo II: o marxismo na época da Segunda Internacional**. Tradução de Leandro Konder e Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

GRAMSCI, Antonio. **Lettere dal carcere**. Edizione elettronica dell'International Gramsci Society.

GRAMSCI, Antonio. **Quaderni del carcere**. Edizione critica dell'Istituto Gramsci. A cura di Valentino Gerratana. Torino: Giulio Einaudi, 1975.

GRAMSCI, Antonio. **O leitor de Gramsci: escritos escolhidos entre 1916-1935** - Carlos Nelson Coutinho (Org.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

GRUPPI, Luciano. **O conceito de hegemonia em Gramsci**. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

GUALTIERI, Roberto. A análise internacional e o desenvolvimento da filosofia da práxis. In: AGGIO, Alberto; HENRIQUES Luiz Sérgio Henriques; VACCA, Giuseppe (Orgs.). **Gramsci no seu tempo**. Tradução de Luiz Sérgio Henriques. Brasília: Fundação Astrojildo Pereira; Rio de Janeiro: Contraponto, 2010.

KNEI-PAZ, Baruch. Trótski: revolução permanente e revolução do atraso. In: HOBBSAWN, Eric. **História do marxismo V: o marxismo na época da Terceira Internacional (A Revolução de Outubro; O Austromarxismo)**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho, Luiz Sérgio Henriques e Amélia Rosa Coutinho. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

OLDRINI, Guido. Gramsci e Lukács, adversários do marxismo da Segunda Internacional. **Crítica Marxista**, São Paulo, Xamã, v.1, n.8, 1999, p.67-80.

PONS, Silvio. O grupo dirigente do PCI e a "questão russa" (1924-1926). In: AGGIO, Alberto; HENRIQUES Luiz Sérgio Henriques; VACCA, Giuseppe (Orgs.). **Gramsci no seu tempo**. Tradução de Luiz Sérgio Henriques. Brasília: Fundação Astrojildo Pereira; Rio de Janeiro: Contraponto, 2010.

RAPONE, Leonardo. **O jovem Gramsci: cinco anos que parecem séculos 1914-1919**. Tradução: Luiz Sérgio Henriques. Rio de Janeiro: Contraponto; Brasília, DF: Fundação Astrojildo Pereira, 2014, 1. ed.

REIMAN, Michal. Os bolcheviques desde a guerra mundial até Outubro. In: HOBBSAWN, Eric. **História do marxismo V: o marxismo na época da Terceira Internacional (A Revolução de Outubro; O Austromarxismo)**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho, Luiz Sérgio Henriques e Amélia Rosa Coutinho. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

STEINBERG, Hans-Josef. O partido e a formação da ortodoxia marxista. In: HOBBSAWN, Eric. **História do marxismo II: o marxismo na época da Segunda Internacional**. Tradução de Leandro Konder e Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

WALDENBERG, Marek. A estratégia política da social-democracia alemã. In: HOBBSAWN, Eric. **História do marxismo II: o marxismo na época da Segunda Internacional**. Tradução de Leandro Konder e Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

Data da submissão: 06/03/2021.

Data da aprovação: 29/04/2021.